



**Hospital e Maternidade
Santa Isabel**
JABOTICABAL

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE JABOTICABAL

CNPJ: 56.896.368/0001-34 - I.E.: ISENTO

Rua Marechal Floriano Peixoto, 1.387 - Centro - Jaboticabal - SP - CEP: 14870-810

Tel.: 16.3209-2333

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE JABOTICABAL

Jaboticabal – SP

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2025



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE JABOTICABAL
 CNPJ: 56.006.068/0001-24 - I.E.: 158.810
 Rua Marechal Floriano Peixoto, 1.387 - Centro - Jaboticabal - SP - CEP: 14870-810
 Tel.: 16.3209-2333

Balancos Patrimoniais –
 Ativos em 31 de dezembro
 Em reais

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante		<u>7.683.297</u>	<u>6.659.555</u>
Caixa e Equivalente de Caixa	6	<u>1.244.968</u>	<u>906.242</u>
Caixa		2.709	948
Bancos C/Movimento-Recursos Livres		727.020	4.906
Aplicações Financeiras –Recursos sem Restrição		381.113	184.925
Aplicações Financeiras –Recursos com Restrição		134.126	715.462
Créditos a Receber		<u>5.221.987</u>	<u>4.672.376</u>
Créditos de Convênios	7	5.053.642	4.571.539
Créditos com Empregados	8	146.634	70.074
Créditos com Fornecedores	9	4.925	-
Outros Créditos	10	7.803	21.195
Despesas Antecipadas	11	8.982	9.567
Estoques	12	<u>1.216.342</u>	<u>1.080.938</u>
Almoxarifado		1.216.342	1.080.938
Não Circulante		<u>28.619.945</u>	<u>28.986.938</u>
Depósitos Judiciais	13	13.133	-
Investimentos	14	14.325	2.578
Imobilizado	15	<u>28.592.487</u>	<u>28.984.360</u>
Bens de Uso Próprio		38.336.762	38.046.135
(-)Depreciação Acumulada		(9.744.275)	(9.061.775)
Total do ativo		<u>36.303.243</u>	<u>35.646.493</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE JABOTICABAL
 CNPJ: 56.896.358/0001-34 - I.E.: ISSENTID
 Rua Marechal Floriano Peixoto, 1.357 - Centro - Jaboticabal - SP - CEP: 14870-810
 Tel.: 16 3204 2333

Balancos Patrimoniais – Passivos e Patrimônio
 Líquido em 31 de dezembro
 Em reais

	Nota	2025	2024
Passivo			
Circulante		9.071.693	8.507.069
Fornecedores e Honors.Médicos	16	4.067.473	3.872.812
Obrigações com empregados	17	1.909.474	1.862.598
Obrigações tributárias	18	368.008	324.343
Empréstimos e financiamentos	19	2.111.530	1.617.475
Subvenções governamentais	20	167.079	440.480
Outras obrigações	21	448.130	389.362
Não Circulante		4.490.572	5.605.718
Fornecedores de bens e serviços	16	823.976	935.266
Empréstimos e financiamentos	19	367.648	1.087.362
Subvenções governamentais	20	921.645	1.088.718
Outras obrigações	21	331.277	514.272
Provisão para contingências	22	2.046.025	1.980.100
Patrimônio Líquido	23	22.740.977	21.533.705
Patrimônio Social		348.613	(152.914)
Ajustes de Avaliação Patrimonial		21.185.092	21.399.682
Déficit/Superávit do exercício		<u>1.207.272</u>	<u>286.937</u>
Total do passivo		<u>36.303.243</u>	<u>35.646.493</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J

X

Ar.



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE JABOTICABAL
 CNPJ: 56.096.068/0001-34 - I.E.: ISIN 10
 Rua Marechal Floriano Peres, 1.387 - Centro - Jaboticabal - SP - CEP. 13870-810
 Tel.: 16 3209-2333

Demonstrações do resultado dos
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em reais

	Nota	2025	2024
Receitas líquidas		47.153.385	45.255.582
Com Restrição	24	19.507.076	18.092.809
Subvenção Federal		1.420.470	1.213.502
Subvenção Estadual		268.795	104.802
Subvenção Municipal		17.817.812	16.774.504
Sem Restrição		27.646.309	27.162.773
Receitas com Serviços Prestados-SUS		7.321.627	6.782.226
Receitas de Serviços Prestados-Convênios		19.696.837	19.792.948
Receitas de Serviços Prestados-Particulares		464.494	388.592
Contribuições e Doações Voluntárias	24	272.757	325.599
(-)Glosas e Abatimentos-Convênios		(109.405)	(126.593)
Receita com Trabalho Voluntário		-	-
(-)Custo dos Produtos e Serviços Vendidos		(32.361.506)	(29.654.824)
(-)Custo dos Produtos e Serviços Vendidos		(32.361.506)	(29.654.824)
Resultado Bruto		14.791.879	15.600.758
(-)Despesas operacionais		(13.920.141)	(14.926.013)
Gerais e Administrativas		(5.433.355)	(5.361.283)
Pessoal		(7.659.808)	(8.888.401)
Depreciação/Amortização		(708.494)	(676.329)
Provisões		(118.484)	-
Outras Receitas		984.956	752.694
Recuperação de Despesas		54.843	54.661
Receitas com Aluguéis		508.253	421.282
Outras Receitas Operacionais		421.860	276.750
Outras Despesas		(197.287)	(294)
Outras Despesas		(197.287)	(294)
(-)Despesas c/Trabalho Voluntário		-	-
Resultado financeiro		(452.134)	(1.140.207)
Receitas Financeiras		241.118	133.514
Despesas Financeiras		(693.252)	(1.273.721)
Superavit do exercício		1.207.272	286.937
Renúncia fiscal de tributos		-	-
Tributos federais		-	-
Cota Patronal Previdência Social -Devida		(3.757.578)	(3.602.848)
Imunidade Da Cota Patronal -Usufruída		3.757.578	3.602.848
COFINSs/Faturamento-Devido		(942.799)	(795.781)
Imunidade COFINSs/Faturamento		942.799	795.781
Tributos municipais		-	-
IPTU- Devido		(95.188)	(91.158)
Imunidade do IPTU		95.188	91.158
I.S.S.Devido		(583.423)	(530.520)
Imunidade do I.S.S.		583.423	530.520
Superavit final		1.207.272	286.937

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE JABOTICABAL
 CNPJ: 56.896.368/0001-34 - I.F.: 154.110
 Rua Marechal Floriano Peixoto, 1.387 - Centro - Jaboticabal - SP - CEP: 14870-810
 Tel.: 16 3209 2333

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em reais

Demonstração das Mutações do Patrimônio Social

Descrição	Patrimônio Social	Superávit/Déficit do Exercício	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Social
Saldo em 31.12.2023	944.579	(1.312.083)	21.614.272	21.246.768
Transf.déficit exercício anterior	-1.312.083	1.312.083	-	-
Realização do A.A.P	214.590	-	(214.590)	-
Superávit do Exercício	-	286.937	-	286.937
Saldo em 31.12.2024	(152.914)	286.937	21.399.682	21.533.705
Transf.déficit exercício anterior	286.937	(286.937)	-	-
Realização do A.A.P	214.590	-	(214.590)	-
Superávit do Exercício	-	1.207.272	-	1.207.272
Saldo em 31/12/2025	348.613	1.207.272	21.185.092	22.740.977

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstração dos Resultados Abrangentes

	2025	2024
Superávit do Exercício	1.207.272	286.937
Resultado Abrangente do Exercício	1.207.272	286.937

[Handwritten signatures in blue ink]



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE JABOTICABAL
 CNPJ: 56.800.368/0001-34 - I.E.: ISIN 110
 Rua Marechal Floriano Peixoto, 1.387 - Centro - Jaboticabal - SP - CEP: 13870-810
 Tel.: 16 3209-2393

Demonstrativo dos Fluxos de Caixa método indireto
 dos exercícios findos em 31 de dezembro.
 Em reais

1-Das Atividades Operacionais:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
(A) Ajustes por:		
Superavit/Déficit do Exercício	1.207.272	286.937
Depreciação	708.494	676.329
Saldo Residual baixa bens	-	104.537
Provisão Juros/Empréstimos	411.535	579.461
Provisão para Contingências	<u>65.925</u>	<u>1.560.780</u>
	2.393.227	3.208.044
(B)(Acréscimo) e Decréscimo do Ativo		
Contas a Receber	(482.103)	(317.990)
Bens e Títulos a Receber	(135.404)	9.291
Adiantamentos	(81.486)	34.431
Outros Créditos	13.977	10.187
Realizável a Longo Prazo	<u>(13.133)</u>	<u>-</u>
	(698.149)	(264.081)
(C)Acréscimo e(Decréscimo)do Passivo		
Fornecedores	13.765	316.173
Prest.de Serviços Médicos	69.606	74.817
Obrigações com Pessoal	28.619	(80.009)
Obrigações Sociais	18.256	6.461
Obrigações Tributárias	43.665	4.810
Outras Obrigações	<u>(564.700)</u>	<u>193.249</u>
	(390.788)	515.501
Total das Atividades Operacionais(A+B+C)	<u>1.304.290</u>	<u>3.459.464</u>
2-Das Atividadesde Investimentos:		
(-)Aquisição do Imobilizado	(316.622)	(397.520)
(-)Aquisição de Investimentos	(11.747)	(297)
Total Das Atividades De Investimentos	<u>(328.369)</u>	<u>(397.817)</u>
3-Das Atividades De Financiamentos:		
(+)Captação de Empréstimos	1.382.642	2.062.665
(-)Pagamento de Empréstimos	(1.608.301)	(3.918.342)
(-)Juros/Empréstimos e Financiamentos	<u>(411.535)</u>	<u>579.461</u>
Total Das Atividades De Financiamentos	<u>(637.194)</u>	<u>(2.435.138)</u>
Varição Das Disponibilidades(1+2+3)	<u>338.727</u>	<u>626.509</u>
Saldo das Disponibilidades no Final Do Exercício	1.244.968	906.242
Saldo das Disponibilidades no Início Do Exercício	<u>906.242</u>	<u>279.733</u>
Varição Ocorrida No Período	<u>338.727</u>	<u>626.509</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

8

X
 An

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em R\$)

1 Contexto operacional

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Jaboticabal é uma Entidade Filantrópica, Pessoa Jurídica de direito privado, reconhecida de Utilidade Pública, fundada em 1.904. Tem como objetivo básico, sem finalidade de lucro, a manutenção de leitos e serviços hospitalares para uso público, sem distinção de raça, cor, credo, sexo e religião, dentro das proporções estabelecidas pela legislação e regulamentos estaduais.

Sua Estrutura Física é formada por 11.058,06 m² (área total do terreno), e sua área construída corresponde a 7.532,61 m², e está localizada à Rua Floriano Peixoto, 1387, Bairro Centro, Cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital circulante da Entidade ficou negativo em R\$ 1.388.396 (e 1.847.514 em 2024). Ainda, em 31 de dezembro de 2025 a Entidade apresentou superávit de R\$ 1.207.272. Adicionalmente, no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2025, a Entidade possuía débitos com fornecedores e prestadores de serviços em atraso. Para fazer frente a esse cenário, os planos da administração para melhoria dos resultados operacionais e geração de caixa positivo compreendem as seguintes ações, muitas delas concluídas no exercício seguinte e que colaborarão com a manutenção das atividades operacionais da Entidade no futuro:

- Renegociações com fornecedores;
- Análise de mercado para busca de novos clientes/parcerias;
- Obtenção de recursos de incentivos e subvenções públicas;
- Renegociação de contratos com principais clientes;

Para cumprir com suas obrigações e atender as suas necessidades de caixa mantendo a sua atividade operacional, a Entidade utiliza-se de recursos provenientes de prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde - SUS, Convênios não SUS e Particulares, dos quais serão ampliados com objetivo de uma melhoria no ticket médio geral, gerando uma maior rentabilidade na operação.

A Administração considera o pressuposto de continuidade para a elaboração destas demonstrações financeiras considerando o histórico de operações da Entidade, as projeções futuras de geração de caixa, a possibilidade de manutenção de créditos por terceiros e partes relacionadas para a captação de recursos de curto e longo prazo na forma de recursos SUS, Subvenções, Incentivos, empréstimos e financiamentos.



2 Base de preparação e apresentação das demonstrações

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas e, em especial, a ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucros.

A Administração avaliou a capacidade da Entidade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Entidade em 03 de março de 2023. A Administração da Entidade afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2 Base de mensuração


As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Entidade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 4.



3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Instrumentos financeiros

A Entidade classifica seus ativos e passivos financeiros como instrumentos financeiros básicos, em conformidade com a política contábil da Entidade e por atender as condições da seção 11 do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Entidades, portanto, são ativos financeiros básicos da Entidade:

i) Caixa e equivalentes de caixa; ii) Recursos de subvenções; iii) Contas a receber; e iv) Outros créditos.

Os passivos financeiros básicos da Entidade são: i) Empréstimos e financiamentos a pagar; ii) Fornecedores e prestadores de serviço a pagar; e iii) Outras obrigações.

Os ativos financeiros básicos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado. Os passivos financeiros básicos são mensurados pelo custo amortizado. As aplicações financeiras e outros investimentos são mensuradas ao valor justo por meio do resultado.


A Entidade reconhece os ativos e passivos financeiros básicos inicialmente na data em que foram originados, exceto os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros básicos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros básicos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Operadora tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.



A Entidade não possui instrumentos financeiros derivativos.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Entidade.

3.3 Recursos de subvenções

Os valores de recursos vinculados a convênios referem-se a convênios firmados com o Ministério da Saúde para aquisição de equipamentos e ao incremento financeiro do teto de média e alta complexidade, que são repassados através de emendas parlamentares para o custeio e manutenção das atividades hospitalares.

De acordo com os contratos de convênio, a Entidade deve aplicar financeiramente todos os recursos enquanto estes não forem efetivamente aplicados em sua finalidade (custeio ou investimento).

3.4 Contas a receber

As contas a receber, especificamente de convênios médicos, são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

3.5 Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo de aquisição ou valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do "custo médio ponderado". O custo dos estoques compreende o valor dos materiais médicos, medicamentos, insumos e almoxarifado (material de expediente e limpeza) utilizados nas operações da Entidade e serviços próprios.

3.6 Imobilizado

Compreendido, predominantemente, pela infraestrutura de Edificações administrativas. O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de



depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativas são as seguintes, por quantidade de anos:

Descrição	Vida útil estimada em anos
Edifícios	25
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos	10
Computadores e periféricos	5
Veículos	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outros ingressos operacionais no resultado.

3.7 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração das sobras e perdas durante o período em que estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e os financiamentos são classificados como passivo circulante, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante.



3.8 Fornecedores e prestadores de serviço

As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviço são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.9 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, conforme riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação é reconhecido nas sobras ou perdas do exercício, como dispêndios/ despesas operacionais.

3.10 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

Os outros passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

3.11 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

3.11.1 As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos

contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes



São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

3.11.2 Passivos contingentes

São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

3.11.3 Obrigações legais

São registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Entidade questionou a inconstitucionalidade de tributos

3.12 Subvenções governamentais

As Subvenções Governamentais são reconhecidas de acordo com sua natureza, em conformidade com a NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais:

(i) Subvenção para custeio

Reconhecida inicialmente como adiantamento no passivo, na rubrica "Subvenção a realizar", e apropriada como receita quando é efetivado o consumo dos materiais médicos e medicamentos.

(ii) Subvenção para investimento

Refere-se à subvenção para a aquisição de bens que serão de propriedade da Entidade. Essa subvenção para investimento é reconhecida inicialmente como adiantamento no passivo, na rubrica "Subvenção a realizar", e apropriada como receita ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos. Adicionalmente, o bem adquirido é contabilizado como ativo imobilizado e depreciado pela sua vida útil normal estimada.

3.13 Apuração do resultado contábil

As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação



dos serviços hospitalares, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa da sua realização.

3.14 Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro, a Entidade passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício na rubrica de outras receitas operacionais e em contrapartida em outras despesas operacionais também no resultado do exercício

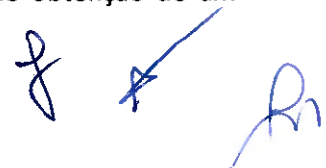
3.15 Receita com doações

As receitas de doações são registradas no resultado do exercício quando do recebimento. Os recursos recebidos como doação podem ser em espécie, bem como também em produtos, como por exemplo materiais e medicamentos. São registrados nos Estoques pelo valor da nota de doação

3.16 CPC 47 – Receita De Contrato Com Cliente

O CPC 47, equivalente à norma internacional IFRS 15, substitui o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (equivalente à norma internacional IAS 11), CPC 30 - Receitas (equivalente à norma internacional IAS 18) e interpretações relacionadas e se aplica, com exceções limitadas, a todas as receitas decorrentes de contrato com cliente. O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

O CPC 47 exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes. A norma também especifica a contabilização dos custos incrementais de obtenção de um





IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE JABOTICABAL
CNPJ: 56.996.368/0001-34 - I.S.: IS/NT15
Rua Marechal Floriano Peixoto, 1.387 - Centro - Jaboticabal - SP - CEP: 14970-810
Tel.: 16 3204 2333

contrato e os custos diretamente relacionados ao cumprimento de um contrato. Além disso, a norma exige divulgações mais detalhadas.

As receitas da Entidade incluem principalmente, além dos recursos financeiros provenientes do atendimento a pacientes para execução do objeto social da Entidade, as fontes de recursos são advindas de: (i) receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como atendimentos realizados ao SUS a pacientes e convênios e particulares, (ii) doações, subvenções e outras receitas (iii) rendimentos de aplicações e ativos financeiros.

- Quadro de receitas

Descrição das receitas	2025	2024
Receitas Convênio SUS	7.321.627	6.782.226
Receitas Convênio não SUS	19.696.837	19.792.948
Receitas Particulares	464.494	388.592
Total Receitas Produção	27.482.957	26.963.766
Subvenções Governamentais	19.507.076	18.092.809
Total Receitas Subvenções	19.507.076	18.092.809
Receitas com Doações Diversas	272.757	325.599
Total Receitas com Doações	272.757	325.599
Outras Receitas Operacionais	984.956	752.694
Total Outras Receitas Operacionais	984.956	752.694
Receitas Financeiras	241.118	133.514
Total Receitas Financeiras	241.118	133.514
TOTAL DAS RECEITAS	48.488.864	46.268.382

Entidade concluiu as análises dos efeitos da adoção desta norma, porém não foram constatados efeitos relevantes da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras por entender que seus atuais critérios de reconhecimento de receita se aproximam substancialmente as novas exigências de reconhecimento.

3.17 Benefício a empregados

Obrigações de benefícios a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como dispêndios conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é incorrido pelo valor esperado a partir de uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.18 Ajuste de avaliação patrimonial

A realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial (basicamente depreciação) está sendo registrada diretamente no patrimônio líquido.

3.19 Demonstração do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

4 Estimativa e julgamento contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis.

4.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Entidade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais os respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa do contas a receber, conforme nota explicativa 7.

b) Vida útil estimada do ativo imobilizado

A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ao longo de sua vida útil estimada. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-



se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado conforme nota explicativa 15.

c) Provisão para contingências

A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos, conforme nota explicativa 22.

5 Gestão de risco financeiro

5.1. Fatores de risco financeiro

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Entidade. Apesar de não adotar uma política formalizada de gerenciamento de riscos, a Entidade possui práticas que norteiam a gestão de riscos que incluem estratégias de minimização de potenciais riscos de taxas de juros, de crédito e de liquidez.

Os principais riscos financeiros considerados pela Administração são: risco de crédito e risco de liquidez.

A Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Entidade que é estabelecido para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Entidade, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites.

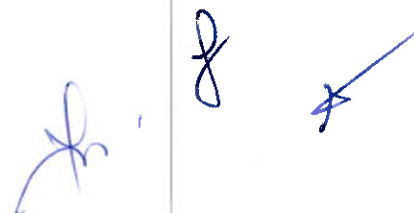
A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos oriundos do uso de instrumentos financeiros:

5.1.1. Risco de crédito

Os riscos de crédito são medidos pela presença de situações potenciais que possam impactar negativamente no resultado e na situação patrimonial e financeira como consequência da falta de realização dos créditos registrados no ativo, principalmente os recebíveis de convênios.

A Entidade não exige garantias com relação às contas a receber de convênios e outros créditos.

Os valores contábeis financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis está representada a seguir:



	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	1.244.968	906.242
Créditos a receber	5.053.642	4.651.180
Outros créditos	25.251	21.195
	6.323.861	5.578.617

Os recursos financeiros estão aplicados em modalidades de baixo risco e em bancos de primeira linha. Não há concentração de risco de crédito, sendo a carteira pulverizada. Os valores a receber de SUS estão baseados em acordos de valores e limites. O cálculo das perdas esperadas está demonstrado a seguir:

CONVÊNIO	2025	2024	2025	2024
	Faturas em Aberto	Faturas em Aberto	Provisão p/ Perdas	Provisão p/ Perdas
S.U.S.	2.187.379	1.941.665	61.763	-
Cabesp	425.651	101.981	56.492	17.059
Economus	16.928	18.479	9.339	4.146
Faec	2.085	2.085	2.086	157
Unimed	1.200.880	1.636.965	-	160
Santa Casa de Monte Alto	26.619	41.177	-	-
Fatura de Particulares	8.699	14.086	2.379	-
Faturamento em Andamento	1.317.460	850.442	-	-
	5.185.701	4.606.878	132.059	21.522

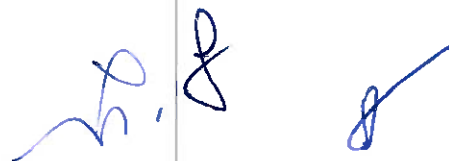
A Entidade informa também que somente o impacto da PCLD apontado acima causa efeitos em suas Demonstrações Financeiras.

Também concluiu que os Passivos Financeiros estão devidamente escriturados, sendo suas obrigações devidamente reconhecidas contabilmente e por isso entende-se que os seus atuais critérios de reconhecimento de Passivo Financeiro estão de acordo com as novas exigências.

5.1.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez é medido pela capacidade de cumprir com as obrigações de curto, médio e longo prazo, tendo presente a estrutura de reservas financeiras, de ativos e linhas de créditos disponíveis para captação de novos recursos e principalmente os fluxos de caixa. As principais obrigações concentram-se, em ordem de relevância, com agentes financeiros, fornecedores e prestadores de serviços médicos.

Face as dificuldades de fluxo de caixa da Entidade o gerenciamento das obrigações envolve a priorização de atividades essenciais ao atendimento à saúde.



5.1.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como a possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Entidade e dos demais insumos utilizados no processo de prestação do serviço; essas oscilações podem provocar alterações nas receitas e custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar essas exposições dentro de parâmetros aceitáveis

Esse risco é mitigado uma vez que o principal componente do custo se refere ao custo de pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com a convenção coletiva da categoria.

5.1.4 Risco de taxas de juros

A Entidade não possui passivos sujeitos as oscilações relevantes de taxas de juros que possam afetar o nível de endividamento e os resultados.

6 Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a valores em caixa e bancos conta movimento, oriundos de recursos próprios e desubvenções.

Descrição	2025	2024
Caixa	2.709	948
Bancos c/Movimento Livre	727.020	4.906
Aplicações de Liquidez imediata Livre	249.438	184.925
Aplicações de Liquidez imediata c/Restrição	265.801	715.462
TOTAL	1.244.968	906.242





7 Contas a receber de convênios

A Entidade em 31 de dezembro de 2025 possui valores a receber do Governo Federal por serviços prestados segundo o contrato firmado com o Sistema Único de Saúde (SUS) do Ministério da Saúde, Convênios não SUS e Pacientes Particulares.

Descrição	2025	2024
Convênio SUS	2.172.723	1.928.620
Convênios não SUS	1.680.862	1.814.772
Prefeitura M. Jaboticabal	14.656	13.045
Faturamento em Andamento	1.317.460	850.442
Provisão p/Perdas s/ Créditos	-132.059	-35.339
TOTAL	5.053.642	4.571.539

8 Créditos com empregados

A Entidade possui valores a receber de adiantamentos realizados aos empregados com posição em 31 de dezembro de 2025 conforme quadro abaixo:

Descrição	2025	2024
Adiantamento de Salários	43.868	7.659
Adiantamento de Férias	75.031	53.497
Crédito com Funcionários	27.735	8.918
TOTAL	146.634	70.074




9 Crédito com fornecedores

A Entidade possui valores a receber de adiantamentos realizados a fornecedores, com posição em 31 de dezembro de 2025 conforme quadro abaixo:

Descrição	2025	2024
Adiantamento Leasing	4.925	0
TOTAL	4.925	0

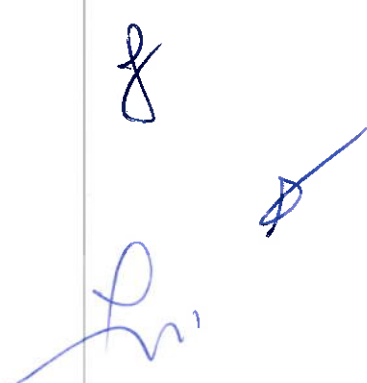
10 Outros créditos

A Entidade possui valores de outros créditos a receber na data base de 31 de dezembro de 2025 conforme quadro abaixo:

Descrição	2025	2024
Aluguél Imóvel	16.445	14.518
Outros Adiantamentos	403	493
Devolução de Mercadorias	757	810
Tributos a Recuperar	4.317	-
Estacionamento	995	1.075
SIPAG	6.650	4.300
(-) Provisão p/ Perdas	-21.764	-
TOTAL	7.803	21.195

11 Despesas Antecipadas

Descrição	2025	2024
Despesas c/Seguros apropriar	8.982	9.567
TOTAL	8.982	9.567



12 Estoques

Descrição	2025	2024
Medicamentos	340.793	234.849
Material Hospitalar	317.481	290.494
Material de Consumo em geral	558.068	555.594
TOTAL	1.216.342	1.080.938

13 Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais referem-se a valores depositados em juízo pela Entidade para garantia de processos judiciais, permanecendo vinculados as respectivas ações trabalhistas até decisão final e/ou liberação por determinação judicial. Esses valores são registrados pelo montante efetivamente depositado, e são apresentados no Ativo Não Circulante, quando a expectativa de realização ocorrer após 12 meses.


Descrição	2025	2024
Depósitos judiciais	13.133	-
Total dos Depósitos judiciais	13.133	-

14 Investimentos

Os investimentos referem-se, essencialmente, à participação societária registrada junto ao SICOOB CREDIMOGIANA (C/C 11140-6), representando valores integralizados pela Entidade (ex.: quotas/cotas de participação), com objetivo de manutenção do vínculo operacional e atendimento a condições estatutárias/contratuais, quando aplicável.

Esses investimentos são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição/subscrição e, subsequentemente, permanecem registrados ao custo, deduzidos de eventual perda por redução ao valor recuperável, caso identificada. A realização (resgate/baixa) ocorre conforme regras e prazos previstos em estatuto/regulamento da instituição.

Descrição	2025	2024
SICOOB CREDIMOGIANA C/C 11140-6	14.325	2.578
Participação societária	14.325	2.578



15 Imobilizado

a. Composição do saldo

A Entidade possui em 31 de dezembro de 2025 o imobilizado que é demonstrado pelo custo de aquisição, é depreciado pelo método linear mediante aplicação de taxas que levam em conta a vida útil do bem. Segue abaixo a posição do ativo imobilizado

	Taxa anual Depreciação	Custo + APP	Depreciação Acumulada	2025	2024
Terrenos	-	14.970.889	0	14.970.889	14.970.889
Edificações e benfeitorias	2%	16.126.128	-4.404.172	11.721.956	12.044.879
Instalações e instr.cirúrgicos	10% a 33%	4.502.954	-3.201.387	1.301.567	1.429.513
Equipamentos de informática	20%	351.135	-278.449	72.686	32.686
Máquinas e equipamentos	2% a 12,5%	221.518	-215.904	5.614	1.102
Móveis e utensílios	6,66% a 10%	2.084.004	-1.584.238	499.766	485.281
Veículos	20%	60.125	-60.125	0	0
Imobilizado em andamento	-	20.010	0	20.010	20.010
		38.336.762	-9.744.275	28.592.487	28.984.360

J

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

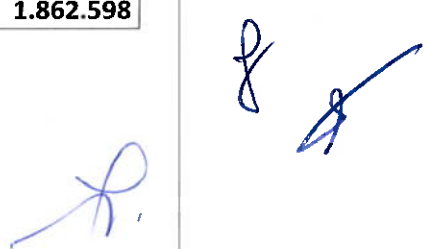
16 Fornecedores de bens e serviços

Corresponde às obrigações da Entidade para com fornecedores de produtos e serviços, para manutenção das atividades da Entidade e valores a pagar de repasse de honorários e serviços médicos.

Fornecedores e Honorários Médicos	Circulante		Longo Prazo	
	2025	2024	2025	2024
Descrição				
Fornecedores	1.583.581	1.458.526	823.976	935.266
Honorários Médicos	2.483.892	2.414.286	0	0
TOTAL	4.067.473	3.872.812	823.976	935.266

17 Obrigações com empregados

Descrição	2025	2024
Salários e Ordenados	451.880	418.968
E-Consignado Trabalhador	42.863	-
Acordo Trabalhista	30.225	46.510
Salários a Pagar - Piso Enfermagem	-	-14.371
Obrigações com Férias	1.268.085	1.270.365
Encargos s/ Férias e 13. Salário	101.259	101.360
Pensão Alimentícia a Repassar	3.517	3.410
Contribuição Assistencial Recolher	87	9.947
Contribuição Sindical a Recolher	4.253	-
Penhora Salarial	-	506
Empréstimos Consignados	-	21.711
Seguro Veículos	1.221	2.455
Seguro de Funcionários	90	-
Desconto Ap. Celular Serviços	780	1.053
Desconto Cartão Yex	-	685
Convênio Odontológico	5.214	
TOTAL	1.909.474	1.862.598



18 Obrigações tributárias

Descrição	2025	2024
INSS a Recolher	93.394	90.313
FGTS a Recolher	126.321	118.984
IRRF Rend.Trab.Assalariado	52.108	33.797
IRRF de Terceiros a Recolher	21.168	17.353
INSS de Terceiros a Recolher	3.164	3.092
COFINS de Terceiros a Recolher	35.401	29.142
CSLL de Teceiros a Recolher	11.800	9.714
PIS de Terceiros a Recolher	7.670	6.314
ISS de Terceiros a Recolher	16.981	15.633
TOTAL	368.008	324.343

19 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxa de Juros a.a	Vencimento final	2025			2024		
			Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Desconto de Títulos		25/01/2026	905.505	-	905.505	-	-	-
Capital de Giro	7,29%	28/12/2026	1.089.168	-	1.089.168	1.488.755	688.952,47	2.177.707
Capital de Giro	19,02%	10/03/2033	116.857	367.648	484.506	116.857	398.409	515.267
Conta Garantida			-	-	-	11.863	-	11.863
			2.111.530	367.648	2.479.178	1.617.475	1.087.362	2.704.837

Refere-se a recursos tomados junto às instituições financeiras para capital de giro e financiamento de bens. São atualizados pelas variações monetárias incorridas até a data do balanço, e os juros respectivos incorridos estão provisionados. As variações monetárias e os juros são apropriados em despesas financeiras.

A movimentação dos saldos para os exercícios de 2025 e 2024 está assim representada:

	2025	2024
Saldo Anterior	2.704.837	4.560.514
Captações	1.382.642	2.062.665
Juros passivos e outros encargos	411.535	579.461
Pagamento de financiamentos (principal)	(1.608.301)	(3.918.342)
Pagamento de financiamentos (juros)	(411.535)	(579.461)
Saldo Atual	2.479.178	2.704.837




Os contratos de empréstimos mantidos pela Entidade junto às instituições financeiras, contém cláusulas usuais de compromissos ("covenants"), relacionados a aspectos administrativos e Compromissos ("covenants") operacionais. Para todos os contratos, em 31 de dezembro de 2025 a Entidade está em conformidade frente aos compromissos assumidos.

20 Subvenções governamentais


Subvenções governamentais condicionadas à investimentos e custeio.

	2025			2024		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
SUBVENCOES VINCULADAS A MOBILIZACOES	0	-	0	0	-	0
SUBVENCOES VINCULADAS A CUSTEIO - CONVENI	5	-	5	5	-	5
EMENDA PARLAMENTAR 2020.2216752	45.809	-	45.809	54.744	-	54.744
PORTARIA GM/MS Nº 16/08/2023 - ENFERMAGEM	121.266	-	121.266	235.669	-	235.669
CONVÊNIO 003051/2024 DEMANDA 69550	-	-	-	150.062	-	150.062
SUBVENCOES VINCULADAS A MOBILIZACOES	-	123.144	123.144	-	174.841	174.841
SUBVENÇÃO VINCULADA A IMOBILIZADO CONV Nº	-	63.083	63.083	-	76.683	76.683
SUBVENÇÃO VINCULADA A IMOBILIZADO CONV Nº	-	47.486	47.486	-	58.042	58.042
SUBVENÇÃO CONV 155/2021	-	131.978	131.978	-	152.282	152.282
SUBVENÇÃO CONV 918930/2021	-	181.453	181.453	-	208.255	208.255
SUBVENÇÃO CONV.055/2022	-	121.829	121.829	-	143.868	143.868
CONVENIO 942687/2023 SICONV	-	55.885	55.885	-	62.267	62.267
CONVÊNIO 947278/2023	-	107.029	107.029	-	111.895	111.895
CONVÊNIO 002770/2024 DEMANDA 069408	-	89.758	89.758	-	100.586	100.586
TOTAIS	167.079	921.645	1.088.724	440.480	1.088.718	1.529.197

Movimentação das subvenções

Movimentação das Subvenções	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial Passivo Circulante	385.731	88.628,99
Adição de Recursos	1.166.847	1.381.893,49
Rendimento de Aplicação Financeira	16.553	10.692,23
Aplicação de Recurso em Custeio	-1.447.862	-1.095.483,33
Saldo final das contas com Restrição	121.270	385.731,38
Saldo final residual a depreciar	45.808	54.748
Saldo subvenções a realizar Passivo Circulante	167.079	440.479

Movimentação das Subvenções	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial Passivo não Circulante	1.088.718	962.726
Adição de Recursos	-	272.220
Rendimento de Aplicação Financeira	2.021	5.198




Aplicação de Recursos	-169.093	-151.427
Saldo final das contas com Restrição	921.645	1.088.718

21 Outras obrigações

Refere-se a obrigações com prestadores de serviços parceladas, e adiantamento a clientes composição em 31 de dezembro de 2025, conforme detalhado abaixo

OBRIGAÇÕES DIVERSAS							
Descrição	2025			2024			Total
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	
ADIANTAMENTO UNIMED COOP. JABOTICABAL	72.233	187.849	260.082	65.404	265.333	330.738	
PARCELAMENTO UNIMED CONTRATADO	156.636	143.427	300.063	150.917	248.939	399.855	
ADIANTAMENTO DE CLIENTES	52.414	0	52.414	104.020	-	104.020	
ADIANTAMENTO CREDIMOGIANA	91.553	0	91.553	-	-	-	
PARCELAMENTO SAAEJ 3	75.295	0	75.295	69.020	-	69.020	
TOTAL	448.130	331.277	779.407	389.362	514.272	903.634	

22 Provisão para contingências prováveis

PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS				
Descrição	2025		2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
PROVISAO PARA ACOES TRABALHISTAS		283.080,00		1.820.100,00
PROVISAO PARA ACOES CIVEIS		1.762.945,07		160.000,00
TOTAL		2.046.025,07		1.980.100,00

Movimentação das Provisões p/Contingências	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Anterior	1.980.100	419.320
Adição de Processos	1.602.945	1.669.159
Baixa de Processos	-1.537.020	-108.379
Saldo final das das Provisões p/Contingências	2.046.025	1.980.100

A Entidade, no desenvolvimento normal de suas operações, está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é considerado suficiente pela Administração



e assessoria jurídica da Entidade para fazer face a eventuais perdas que possam advir no futuro. De acordo com as legislações vigentes, as operações da Entidade estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes para os diversos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais.

A Entidade discute ações cíveis e trabalhistas cuja opinião dos consultores jurídicos quanto a probabilidade de perda para 31 de dezembro de 2025 é que o desfecho desses processos pelo andamento atual classifica-se como possíveis, cujo montante soma Provisões Trabalhistas R\$ 265.000,00 e Provisões Cíveis R\$ 5.088.655,05.

Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre estas demandas não foi constituída provisão.

23 Patrimônio líquido

a. Patrimônio social

É representado em valores que compreendem o Patrimônio Social inicial, acrescido de superávits e subvenções para investimento e diminuído dos déficits ocorridos, sendo que o resultado do exercício será incorporado ao patrimônio social quando da aprovação das contas em assembleia.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Referente a adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas - NBC TG 1000 (R1), cuja realização se dá mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

Não foram constituídos o imposto de renda e a contribuição social diferidos em decorrência de a Entidade possuir imunidade tributária

c. Resultado do exercício

Representa o resultado do exercício acrescido da realização do custo atribuído que, após devida aprovação, é incorporado ao patrimônio social.

24 Subvenções e doações

Os recursos financeiros recebidos pela Entidade de órgãos governamentais destinados a custeio e investimentos são devidamente aplicados de acordo com o objeto do Termo Aditivo e/ou Convênio firmado e feita a prestação de contas da aplicação dos recursos recebidos por conta da execução do objeto previsto, na forma da legislação em vigor. São reconhecidas no resultado observado o disposto na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais.

A Entidade recebeu doações da comunidade local, tanto por pessoas físicas, quanto jurídicas, em dinheiro ou em materiais que foram destinadas ao custeio das atividades da instituição.



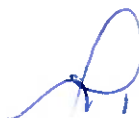
	2025	2024
Subvenção Federal	1.420.470	1.213.502
Subvenção Estadual	268.794	104.802
Subvenção Municipal	17.817.812	16.774.504
	19.507.076	18.092.809
Doações Particulares	272.757	325.599
	272.757	325.599
	19.779.833	18.418.408

25 Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Entidade enquadra-se entre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Entidade.

A Administração desconhece qualquer problema de natureza legal ou fiscal que possa afetar a Entidade, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Entidade estão sujeitos a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis (em geral cinco anos), consoante a legislação aplicável a cada circunstância.




26 Imunidade das contribuições usufruídas

A imunidade das contribuições sociais usufruídas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 está apresentada a seguir:

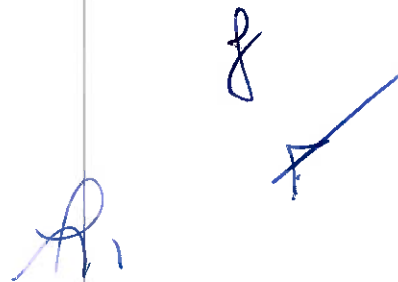
Benefício Fiscal Usufruído	2025	2024
Quota Patronal INSS	3.757.578	3.602.848
COFINS	942.799	795.781
IPTU	95.188	91.158
ISS	583.423	530.520
Total	5.378.988	5.020.308

27 Certificado da Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS)

A Entidade protocolou pedido de renovação do CEBAS através do processo n. 25000.054340/2020-33, onde obteve deferimento pelo Ministério da Saúde através da Portaria n. 880 de 14/09/2020, fazendo jus aos benefícios da filantropia pelo período de 01/06/2020 a 31/05/2023.

No dia 25/05/2023 foi publicada a Portaria nº 464 do Ministério da Saúde /Secretaria Especializada à Saúde, que prorroga nos termos do parágrafo 1º do art. 40 da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, a vigência de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), até o dia 31 de dezembro de 2024.

No dia 11/07/2024, a Entidade fez o requerimento de renovação do CEBAS, através do protocolo 25000.103776/2024-97, onde aguarda análise.



28 Atendimento ao sistema único de saúde – SUS

Na Área da Saúde, a Santa Casa de Misericórdia de Jaboticabal, no cumprimento das exigências legais emanadas pela Lei Complementar n. 187 de 16/12/2021, que revogou a Lei 12.101/2009, e seus respectivos decretos regulamentadores, incluindo a Portaria nº 834, de 26 de abril de 2016, prestou ao longo do exercício de 2025, atendimento à pacientes Sistema Único de Saúde – SUS, em percentual superior a 60% (sessenta por cento) de sua capacidade instalada, conforme abaixo demonstrado

▪ Departamento de saúde

	2025	2024
Capacidade Instalada (Leitos)	82	82
Dedicado ao Sus (Leitos)	52	52
% Sus	63%	63%

▪ atendimentos

	2025		2024	
	Quant.	%	Quant.	%
Internados				
Sistema Único de Saúde– SUS	2.188	48%	2.134	46%
Convênios/Particulares - não SUS	2.339	52%	2.526	54%
	4.527	100%	4.660	100%
Pacientes/dia				
Sistema Único de Saúde– SUS	9.631	58%	8.707	53%
Convênios/Particulares - não SUS	6.857	42%	7.589	47%
	16.488	100%	16.296	100%
Atendimentos Ambulatoriais				
Sistema Único de Saúde- SUS	7.738	77%	5.883	70%
Convênios/Particulares - não SUS	2.311	33%	2.465	30%
	10.049	100	8.348	100

• Cálculo da Filantropia

	2025	2024
Paciente/Dia	58%	53%
Atendimentos Ambulatoriais	10%	10%
	68%	63%

Os quadros acima demonstram que a Entidade cumpriu em 2025 com os requisitos da filantropia na Área da Saúde pelo oferecimento e cumprimento de no mínimo 60% de atendimento aos



beneficiários do Sistema Único de Saúde – SUS, tendo atingido em 2025 o percentual de 69% de sua capacidade, por esse motivo, o valor relativo aos custos desses atendimentos não é apresentado como custo de gratuidade na Demonstração do Resultado do Exercício.

29 Remuneração da Administração

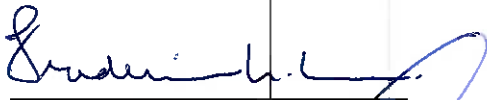
O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho de Administração (Mesa Administrativa e Provedoria). Dessa forma, a Entidade não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

30 Cobertura de seguros

A Entidade adota a política de contratar seguros de prédios, instalações e veículos, cuja cobertura é considerada suficiente pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

31 Eventos subsequentes


Não ocorreram eventos subsequentes entre a data de encerramento do exercício social e a de aprovação das demonstrações contábeis para fins de divulgação, 02 de março de 2026, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a situação patrimonial e financeira da Entidade.



Dr. Frederico Nakane Nakano

Provedor

CPF:294.904.858-70



Dr. Angelo Jãir Falanga

Tesoureiro

CPF:434.208.008-78

Nicolau José Morato

Contador – CRC 1SP178147/O-0

CPF:098.885.598-42



**Hospital e Maternidade
Santa Isabel**
JABOTICABAL

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE JABOTICABAL

CNPJ: 56.896.368/0001-34 - I.E.: ISENTA

Rua Marechal Floriano Peixoto, 1.387 - Centro - Jaboticabal - SP - CEP: 14870-810

Tel.: 16.3209-2333

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Jaboticabal, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame das Demonstrações Financeiras da Entidade, relativas ao exercício findo em 31/12/2025, conclui, em base neste exame e à luz do Parecer dos Auditores Independentes MB AUDITORES INDEPENDENTES, emitido em 02 de março de 2026, que as referidas demonstrações refletem, adequadamente, a situação financeira, contábil, fiscal e patrimonial da Entidade e, por seus membros abaixo assinados, merecem que o citado documento seja submetido à aprovação.

Jaboticabal SP, 17 de março de 2026.

Clovis Luis Campana Fiorezzi
CPF - 054.170.168-10

José Quintino
CPF - 862.183.608-49

Célio José de Moraes
CPF - 160.595.576-00



**Hospital e Maternidade
Santa Isabel**
JABOTICABAL

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE JABOTICABAL

CNPJ: 56.896.368/0001-34 - I.E.: ISENTO

Rua Marechal Floriano Peixoto, 1.387 - Centro - Jaboticabal - SP - CEP: 14870-810

Tel.: 16.3209-2333

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Jaboticabal, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame das Demonstrações Financeiras da Entidade, relativas ao exercício findo em 31/12/2025, conclui, em base neste exame e à luz do Parecer dos Auditores Independentes MB AUDITORES INDEPENDENTES, emitido em 02 de março de 2026, que as referidas demonstrações refletem, adequadamente, a situação financeira, contábil, fiscal e patrimonial da Entidade e, por seus membros abaixo assinados, merecem que o citado documento seja submetido à aprovação.

Jaboticabal SP, 17 de março de 2026.

Clovis Luis Campana Fiorezzi
CPF - 054.770.168-10

José Quintino
CPF - 862.183.608-49

Célio José de Moraes
CPF - 160.595.576-00